

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE TIBAU-RN

Fernanda Raquel Freire da Silva

Graduanda do Curso de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -
Campus Central (FACEM/UERN)

fernandaraquel.freire@gmail.com

Antônia Kaliany da Silva

Graduanda do Curso de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -
Campus Central (FACEM/UERN)

kalianyedaniel@gmail.com

Wendson Dantas de Araújo Medeiros

Prof. Dr. Departamento de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -
Campus Central (FACEM/UERN)

wendsonmedeiros@uern.br

Artigo recebido 09/08/17 e aceito em 29/10/17

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Tibau, situado na mesorregião Oeste potiguar e litoral setentrional do Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. Tem como objetivo principal propor uma delimitação do espaço turístico do município com fins de auxílio ao planejamento e gestão ambiental da atividade turística, a partir de um ordenamento territorial voltado à minimização de danos ambientais e à manutenção da integridade dos recursos naturais e turísticos locais. Os procedimentos metodológicos utilizados consistem em pesquisa bibliográfica e documental, técnicas de interpretação, geoprocessamento e vetorização de produtos de sensoriamento remoto em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica - SIG e pesquisa de campo. Os resultados obtidos estão relacionados à produção de um mapa que propõe a delimitação do espaço turístico do município onde consta uma classificação de uso e ocupação do solo que abrange os principais atrativos turísticos já apropriados pelo turismo ou com potencial de apropriação em função de atividades de planejamento. Espera-se que o mapa proposto neste estudo possa ter utilidade para auxiliar os processos de planejamento e gestão ambiental do turismo no município bem como servir de modelo para os demais municípios integrantes do Polo de Turismo da Costa Branca, pautado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Turismo. Atrativos turísticos. SIG.

PROPOSAL OF DELIMITATION OF TOURIST SPACE OF COUNTY OF TIBAU-RN

Abstract

The present work was developed in the municipality of Tibau, located on the Potiguar West mesoregion and northern coast of the State of Rio Grande do Norte, Northeast Brazil. It mainly aims to propose a

delimitation of the tourist space of the municipality aiming at assisting in the environmental planning and management of the tourist activity, based on a territorial planning aimed at minimizing environmental damage and maintaining the integrity local natural and tourist resources. The methodological procedures used consist of bibliographic and documentary research, interpretation techniques and geoprocessing of remote sensing products in Geographic Information Systems - GIS environment and field research. The results are related to the production of a map that proposes the delimitation of the tourist space of the municipality where a classification of land use and occupation is included, covering the main tourist attractions already appropriated by tourism or with potential of appropriation due to planning activities. It is expected that the proposed map in this research can have utility to help the processes of environmental planning and management of in the municipality and serve as a model for the other municipalities integrated to the Polo Costa Branca of Tourism, based on principles of sustainable development.

Keywords: Tourism. Tourist attractions. GIS.

PROPUESTA DE DELIMITACIÓN DEL ESPACIO TURÍSTICO DEL MUNICIPIO DE TIBAU-RN

Resumen

Este estudio se realizó en el municipio de Tibau, situado en la mesoregión Oeste Potiguar y em la costa norte del estado de Rio Grande do Norte. El objetivo principal fue proponer una delimitación del espacio turístico del municipio con fines de ayuda al planeamiento y gestión ambiental de la actividad turística, a partir de un ordenamiento territorial destinado a la minimización de daños ambientales y al mantenimiento de la integridade de los recursos naturales y turísticos locales. Los procedimientos metodológicos utilizados consisten en investigación bibliográfica y documental, técnicas de interpretación y geoprosesamiento de productos de sensoriamiento remoto en ambiente de Sistema de Información Geográfica - SIG e investigación de campo. Los resultados están relacionados a la producción de un mapa que propone la delimitación del espacio turístico del municipio donde consta una clasificación de uso y ocupación del suelo que abarca los principales atractivos turísticos ya apropiados por el turismo o con potencial de apropiación en función de actividades de planificación. Se espera que el mapa propuesto em este estudio pueda auxiliar los procesos de planificación y gestión ambiental del turismo en el municipio y servir de modelo para los demás municipios integrantes del Polo de Turismo de la Costa Blanca, basado en los principios del desarrollo sostenible .

Palabras clave: Turismo. Atractivos turísticos. SIG.

INTRODUÇÃO

O adensamento e a artificialização dos grandes centros urbanos tem contribuído para que os moradores das cidades, com o intuito de fugir do barulho e correria do seu cotidiano, procurem lugares mais tranquilos e próximos da natureza, sempre em busca de descanso ou aonde possam desfrutar de momentos com a família, praticar esportes, apreciar e contemplar a natureza e a paisagem. Geralmente, o litoral tem sido o ambiente mais procurado por essa população urbana para tais finalidades.

As áreas litorâneas no Brasil passaram a ser usufruídas e ter uma maior visibilidade como destinos de lazer no final do século XIX, vindo a se estabelecer no século XX (CORREA, 2016). A busca por essas áreas tem motivações diversas, inicialmente voltadas a tratamento de saúde e, mais tarde, consolidando-se como destinos para a prática de lazer, muitas vezes

justificando a construção de residências secundárias e, por consequência, contribuindo para a produção do turismo litorâneo (DANTAS, 2009 apud BATISTA, 2013).

A Região Nordeste do Brasil oferece um vasto litoral com belas praias que associado com outros fatores (clima, dunas, manguezais, falésias e outros) propiciaram a produção do espaço turístico litorâneo nessa região, principalmente, por meio dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE (FERNANDES; SOUZA; DANTAS, 2010). A partir do PRODETUR-NE, o Nordeste “[...] vem despontando como uma das principais regiões turísticas do país” (FERNANDES; SOUZA; DANTAS, 2010, p. 184).

Entre os vários estados do Nordeste que receberam investimentos do PRODETUR-NE, destaca-se o Rio Grande do Norte, com ênfase para o seu litoral diversificado, que se estende por 410 km de extensão (SETUR, [200-?]) divididos em Litoral Oriental e Setentrional (VITAL et al., 2006). Esse estado possui uma variedade de destinos turísticos, nos quais são praticadas, ou podem ser praticadas, diferentes modalidades de turismo, como turismo de sol e praia, de aventura, cultural entre outros, justificando a potencialidade desse litoral para o desenvolvimento da atividade turística (SETUR, [200-?]).

É importante ressaltar que, a valorização turística das áreas litorâneas tende a ocasionar uma série de benefícios para as pessoas que residem nesses locais, tendo em vista as alterações estruturais que geralmente decorrem desse processo. Um bom exemplo é o crescimento da atividade turística, que tende a fomentar a economia da região (DIAS, 2003). Apesar de seus benefícios, se a atividade turística não for planejada de forma adequada, vários problemas podem ser ocasionados com a apropriação desenfreada das áreas litorâneas, provocando deterioração das áreas naturais encontradas nesses ambientes (BARBOSA, 2011).

É nesse contexto que se enquadra este estudo, que tem como objetivo propor uma delimitação do espaço turístico do município de Tibau-RN, situado no Litoral Setentrional do Rio Grande do Norte. Esta delimitação tem também o propósito de auxiliar no processo de planejamento ambiental e turístico do município, visando contribuir para uma melhor organização da atividade no território por meio de um ordenamento territorial específico que possa minimizar danos ambientais, promover a conservação dos recursos naturais e turísticos e garantir a sustentabilidade do turismo nesse município.

TURISMO E SEU ESPAÇO

O turismo é uma atividade eminentemente espacial. Uma de suas principais características é a sua mobilidade (MASSEY, 2008; SANTOS, 2006 apud PIMENTEL; CASTROGIOVANNI, 2015), que pode ser representada “[...] por fluxos de viajantes, movimentos de capital, deslocamentos de objetos, trânsito de símbolos. Em outras palavras, é um entrelace de múltiplas trajetórias que auxiliam a tecer o Espaço Geográfico [...]” (MASSEY, 2008; SANTOS, 2006 apud PIMENTEL; CASTROGIOVANNI, 2015, p.442). Tais fatos permitem que o turismo se expanda ao longo de um território, permitindo que nesse espaço desenvolva-se a atividade turística.

Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, o turismo no Brasil responde por cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto do país (PIB), empregando aproximadamente 10 milhões de pessoas (EMBRATUR, 2015). É uma atividade bastante diversificada, com destinos consolidados em todas as regiões brasileiras. No caso do Nordeste, o turismo encontra-se bem

consolidado, sobretudo devido à visitação predominante de turistas domésticos (49,4% dos potenciais turistas), ou seja, aqueles que residem no próprio país (EMBRATUR, 2016). Isto ocorre devido à forte atração provocada pelas suas paisagens que integram desde belas praias, dunas, falésias até a diversidade cultural desta região (EMBRATUR, 2016).

É importante destacar que

nos últimos 50 (cinquenta) anos, o turismo vem se destacando como um importante fenômeno econômico, social e político-cultural sendo capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma dada região/localidade, ao possibilitar diversificação na base econômica, dinamização do mercado de trabalho, incremento na arrecadação tributária e na entrada de divisas, além de outros benefícios de ordem cultural, ambiental e social (FERNANDES; SOUZA; DANTAS, 2010, p.184).

Dessa forma, o turismo desempenha um papel bastante significativo na economia dos lugares, necessitando se apropriar do espaço para que possa se desenvolver enquanto atividade organizada. De acordo com Telles e Valduga (2015), as características da estrutura de determinados tipos de turismo são apropriadas em cada lugar onde o mesmo é praticado, em decorrência da "[...] integração/ desintegração ao processo histórico" (TELLES; VALDUGA, 2015, p. 10). Ou seja, cada lugar possui um tipo de turismo que ocupa seu espaço geográfico de modo diferenciado, de acordo com os modelos de turismo ou com os modelos e arranjos espaciais construídos historicamente.

Em todo esse processo, convém ressaltar que o turismo tem no espaço geográfico o seu “principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p.5), posto que é nesse espaço que serão localizados os instrumentos que possibilitarão o desenvolvimento da atividade turística. Essa apropriação do espaço geográfico pelo turismo corresponde a uma turistificação do espaço (CRUZ, 2003; 2007 apud CASTRO; TAVARES, 2016). Essa turistificação pode ser entendida como o

[...] processo de apropriação e uso do espaço pelo e para o turismo, e ressalta que, no processo de turistificação, não ocorrem apenas intervenções no sistema de objetos, por meio de mudanças físicas no espaço, mas também o sistema de ações recebe intervenções, através, por exemplo, de programas de qualificação profissional e de *marketing* turístico. (CRUZ, 2003; 2007 apud CASTRO; TAVARES, 2016, p. 63)

Percebe-se que o processo de turistificação não está centrado somente na modificação e apropriação do espaço para o usufruto do turista, mas, também, em um aperfeiçoamento profissional, com a finalidade de divulgar o espaço no qual está sendo desenvolvendo a atividade turística (CRUZ, 2003; 2007 apud CASTRO; TAVARES, 2016). Esse espaço pode vir a ser entendido como espaço turístico, que é

[...] conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país (BOULLÓN, 2002, p. 79 apud SIVIERO, 2006, p.54).

O espaço turístico pode ser entendido, ainda

[...] como sendo aquele composto por: centros emissores, áreas de deslocamento e centros receptores, sendo esse último o de maior relevância à análise geográfica, por ser ele o relevador dos objetos turísticos, ou seja, é nele que se encontram as modificações e as dinâmicas empreendidas pelos agentes envolvidos na prática turística. (RODRIGUES 1997 apud COSTA, 2007,p.53)

Compreende-se, portanto, que o espaço turístico é um ambiente no espaço geográfico, que se encontra adaptado, ou em estado de adaptação, para receber e emitir turistas, ou seja, sua materialização e o seu desenvolvimento só ocorrem com a presença dos turistas ou em função do turismo. Em suma, o espaço turístico é o território de um dado lugar que reúne, além dos atrativos turísticos reais, já apropriados pelo turismo, os atrativos em potencial, que podem vir a ser apropriados em outros momentos, como fruto do planejamento turístico.

É necessário compreender que a construção de um espaço turístico deve estar fundamentada, na questão de entendê-lo (o espaço) como uma mercadoria, já que a construção do mesmo tem por finalidade a obtenção de lucro futuro com a produção de atividades em tal espaço (CORDEIRO, 2007). Segundo CORDEIRO (2007, p. 36) “[...] a lógica da produção do espaço turístico que, por seu turno, é tão somente o reflexo da lógica de conversão do valor de uso em valor de troca, *leitmotiv* da sociedade capitalista”.

No que tange aos atrativos turísticos, alguns já mencionados anteriormente, é importante destacar que os mesmos são construídos culturalmente (KNAFOU, 1996 apud CRUZ, 2003). Isto retrata o fato de eles serem temporais, já que o que é considerado atrativo hoje, no futuro pode vir a não ser mais (CRUZ, 2003). Eles podem ser de ordem natural (como praias, montanhas, falésias etc), como também pode ser de ordem cultural (SEBRAE, 2011 apud OLIVEIRA; MINASSE; MARQUES, 2015). Os mesmos são “[...] formatados em negócios que atendam a todas as especificações necessárias para comercialização e recepção de turistas, com responsabilidade social, ambiental e cultural” (SEBRAE, 2011 apud OLIVEIRA; MINASSE; MARQUES, 2015, p.652).

Ressalta-se que esses atrativos são considerados como fatores fundamentais para o desenvolvimento do turismo (BUOLLÓN, 1997 apud CÉSAR; POLINI; UZER, 2010), sendo de grande importância para a produção da atividade turística. São esses atrativos que irão tornar a área onde o turismo está sendo desenvolvido – ou onde se pretende desenvolver – chamativa para os turistas, que estão sempre em busca de algo novo, exótico, diferente do seu cotidiano (CRUZ, 2003).

Como já foi mencionado anteriormente, o turismo é uma atividade que tem a capacidade de fomentar a economia do local turístico, porém é importante ressaltar que, tal prática pode vir ocasionar uma série de danos no meio ambiente (FERNANDES; SOUZA; DANTAS, 2010). Desta forma é necessário que o Estado intervenha por meio de “[...] um planejamento turístico ordenado e integrado, e de políticas públicas de turismo, com vistas a criar condições para que este segmento se expanda de uma forma sustentável, constituindo-se em fator de desenvolvimento” (FERNANDES; SOUZA; DANTAS, 2010, p.184).

Esse planejamento pode ser exercido de diversas maneiras, sendo auxiliado por processos de elaboração de mapas de uso e ocupação do solo, assim como mapas de espaço turístico (que

é o caso deste trabalho), nos quais podem ser definidas, previamente, as áreas propícias ao desenvolvimento da atividade turística, enfatizando os locais propícios a serem apropriados para o desenvolvimento de tal atividade. Desse modo, a delimitação dessas áreas torna-se uma grande valia nos processos de desenvolvimento sustentável do turismo, pois permitem, de modo prévio e preventivo, tratar os impactos ambientais decorrentes do processo de apropriação do espaço em função da atividade turística e propor meios de ordenamento territorial para o turismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos estão fundamentados em pesquisa bibliográfica e documental, levantamento, interpretação e classificação de produtos de sensoriamento remoto em ambiente SIG e trabalho de campo.

A primeira etapa do trabalho desenvolveu-se em gabinete, fazendo-se uso do software QGIS™, versão 2.14.11 e de uma imagem de satélite do Google Earth™, do ano de 2017 disponibilizada através da camada WMS. Inicialmente, a imagem foi georreferenciada de acordo com o DATUM SIRGAS 2000, Sistema de Coordenadas UTM 24 S. Sequencialmente, a imagem foi cortada para a área do município de Tibau-RN, utilizando-se para isso a referência da malha municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano de 2015, sobreposta à imagem de satélite.

Uma vez delimitada a área do município, partiu-se para um processo de interpretação visual da imagem com o intuito de se identificar elementos da paisagem com interesse turístico e as áreas já apropriadas pelo turismo, visando a uma proposta de delimitação do espaço turístico do município de Tibau. Esta etapa do trabalho teve suporte de atividade de campo realizada no dia 11 de março de 2017, que permitiu, ainda, identificar e georreferenciar atrativos turísticos *in loco*, bem como identificar os tipos de uso e ocupação do solo no espaço turístico delimitado.

No processo de identificação dos tipos de uso do solo, foram definidas 6 classes de uso e ocupação do solo na área do espaço turístico do município, a saber:

1. *Área Antropizada*: diz respeito à área urbanizada e ocupada por estruturas urbanas do município que reúne serviços e estruturas diversas como vias de acesso pavimentadas, comércio, serviços financeiros, postais, de saúde e educação entre outros. Constitui da área de maior adensamento ocupacional no município, incluindo as zonas consolidadas de turismo de segunda residência.

2. *Área de Drenagem*: refere-se às áreas naturais destinadas à drenagem das águas superficiais, incluindo lagoas naturais temporárias.

3. *Dunas*: diz respeito às áreas ocupadas por dunas móveis e fixas ao longo da planície costeira.

4. *Faixa de Praia*: corresponde aos trechos onde estão localizadas as principais praias do município incluindo aquelas aonde já se desenvolve a atividade turística.

5. *Vegetação*: área ocupada por vegetação de portes diversos, onde predomina o bioma Caatinga.

6. *Solo Exposto*: corresponde aos locais que não possuem nenhum tipo de vegetação, cultura ou ocupação humana que pudesse ser identificada na imagem de satélite.

Depois de definidas as classes, o processo de delimitação foi realizado de forma manual no QGIS™ por meio da ferramenta de vetorização disponível neste software, onde foram destacados os principais atrativos turísticos deste município.

Ressalta-se que, a delimitação do espaço turístico incluiu tanto os elementos da paisagem já apropriados pelo turismo, bem como os elementos com potencial de desenvolvimento turístico, de acordo com os dados do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa Branca – PDITS (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011), que apresenta os principais atrativos turísticos do Polo, aonde se insere o município de Tibau.

É importante destacar que a delimitação do espaço turístico do município de Tibau, bem como a classificação do uso e ocupação do solo, não abrange todo o território do município, mas apenas a área já apropriada pelo turismo e aquela com grande potencial de apropriação futura, seja em detrimento de atividades de planejamento, seja em detrimento da prática espontânea do turismo.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Tibau está localizado no Litoral Setentrional do Estado do Rio Grande do Norte (figura 1), que se caracteriza por possuir um clima semiárido quente e seco. Esse clima, predominante no Nordeste brasileiro, é definido basicamente em função do comportamento variável da precipitação pluviométrica (PINHEIRO, BRISTOT e LUCENA, 2010).

A sua temperatura média anual quando máxima alcança cerca de 32,0°C, média de 27,3°C e mínima de 21,0°C, com uma umidade relativa anual correspondente a 69% (IDEMA, 2008). Os ventos nessa área apresentam

[...] uma prevalência predominante de E-NE, com velocidade média anual de 6.2 m/s entre os meses de agosto a abril (direção E) e maio a julho (direção NE); no período de agosto a dezembro os ventos são mais fortes chegando a atingir 9 m/s na estação de Macau; os ventos por sua vez geram uma deriva litorânea que durante todo o ano transporta sedimentos no sentido de E para O, a uma velocidade máxima entre 0,85 e 1,63 m/s. [...]” (COSTA NETO, 2001; SILVEIRA 2002; TABOSA 2002; TABOSA et al. no prelo; CHAVES E VITAL, no prelo apud VITAL et al., 2006, p.159).

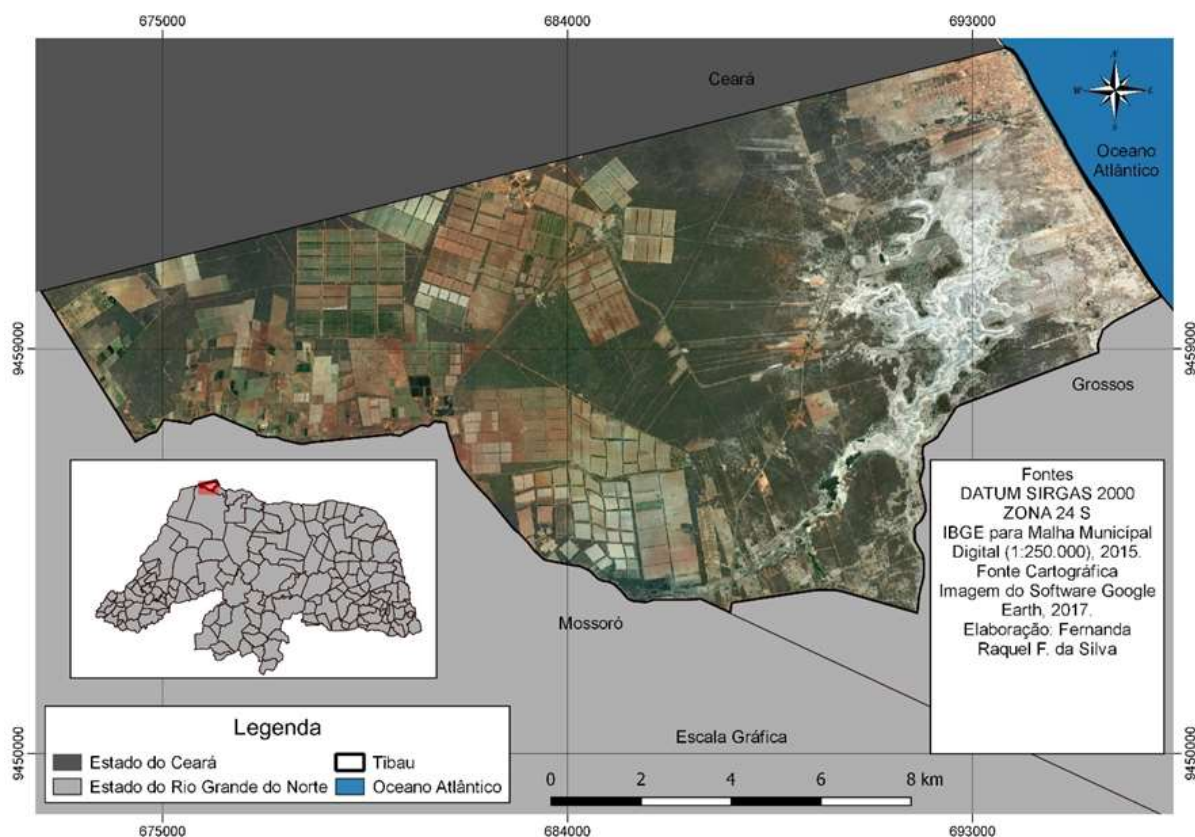


Figura 1: Localização do município de Tibau-RN. **Fonte:** Imagem da Camada WMS do Google Earth™, adaptada por Fernanda Raquel, 2017.

Do ponto de vista geológico, verifica-se a predominância do Grupo Barreiras que “[...] aflora ao longo de uma faixa próxima ao litoral do estado, por vezes constituindo falésias litorâneas” (MEDEIROS; NASCIMENTO; SOUSA, 2010, p.32). Ressalta-se que na zona costeira, este grupo está recoberto por depósitos de origem marinha, remodelados pela ação eólica constante e que são compostos por areias praias, finas a grossas, por vezes com níveis de cascalho e que se associam às praias atuais e às dunas móveis e aos arenitos carbonáticos denominados de *beach rocks* (IDEMA, 2008).

Geomorfologicamente, as principais unidades que marcam a paisagem são uma planície costeira arenosa e rebaixada, com a presença de praias arenosas, dunas móveis e fixas. Mais para o interior predominam superfícies ligeiramente onduladas e dissecadas que constituem a unidade dos tabuleiros litorâneos, por vezes chegando ao litoral sob a forma de falésias ativas.

De acordo com a Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA, os solos encontrados no município de Tibau são os Latossolos vermelho-amarelo e as Areias quartzosas marinhas (EMBRAPA, 1971), atualmente denominados Neossolos quartzarênicos (EMBRAPA, 2006), que são solos tipicamente arenosos, associados ao ambiente de planície costeira. Do ponto de vista hidrográfico, o município está inserido na Bacia Litorânea Norte de Escoamento Difuso, com uma drenagem intermitente, típica de ambientes semiáridos (IGARN, 2014).

A vegetação predominante nesse município é a vegetação de caatinga, que apresenta um aspecto seco com predominância de cactos e arbustos. Essa vegetação está inclusa dentro do

Bioma Caatinga, que é o único bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa grande área da da região Nordeste, com alguns focos no estado de Minas Gerais. (BARROS, 2003).

A população do município de Tibau é de 3.687 habitantes, sendo 2.835 na zona urbana e 852 na zona rural (IBGE, 2010). Apesar de ser um município tipicamente urbano, historicamente a população local esteve ocupada entre as atividades da pesca artesanal e da agropecuária, marcando a dualidade do homem da Costa Branca, ao mesmo tempo pescador e agrário. Além destas atividades, há ainda forte influência da atividade salineira e petrolífera.

Tibau apresenta características que proporcionam o desenvolvimento da atividade turística na região. Essas características vão desde o clima propício a uma diversidade de cenários paisagísticos que possibilitam a prática de diversas atividades e modalidades de turismo. Ressalta-se que a área em questão está inserida no Polo Costa Branca, que busca o desenvolvimento do turismo na região, de modo “[...] a favorecer a conservação do meio ambiente e da rusticidade local, num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas, como fundamento da atratividade turística” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011, p.18).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a real área ocupada pela atividade turística assim como para definir as áreas passíveis para o desenvolvimento de tal atividade elaborou-se um mapa propondo a delimitação do espaço turístico de Tibau (figura 2).

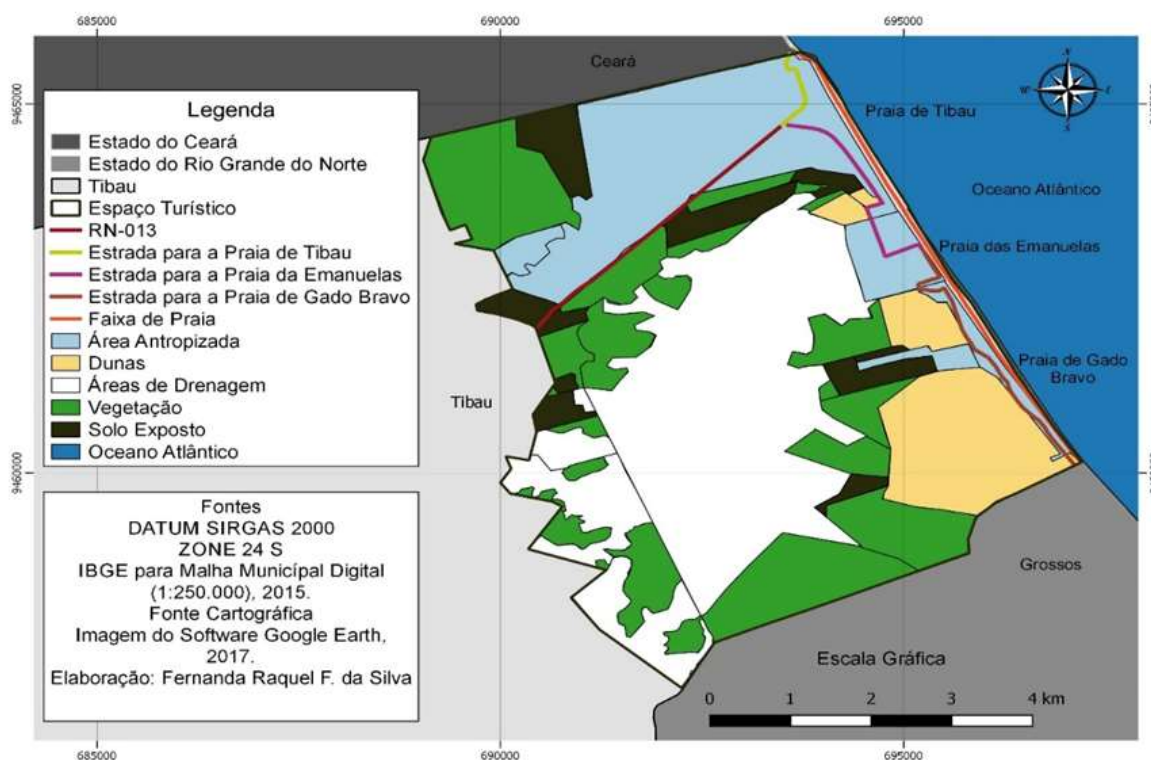


Figura 2: Delimitação do espaço turístico do município de Tibau-RN. Elaboração: Fernanda Raquel, 2017.

Ressalta-se que o espaço turístico delimitado pode ser compreendido como o território de um dado lugar que reúne, além dos atrativos turísticos reais, já apropriados pelo turismo, os atrativos em potencial, que podem vir a ser apropriados em outros momentos, como fruto do planejamento turístico. Nesse sentido, reforça-se a tese de Cruz (2003) de que os atrativos são invenções culturais. Soma-se aos elementos do espaço turístico as vias de acesso e as demais estruturas, existentes ou planejadas, para dar suporte à atividade.

Para efeitos de compreender o uso e ocupação do solo na área delimitada como espaço turístico, o mapa apresenta os principais elementos da paisagem que já constituem atrativos turísticos consolidados e aqueles que possuem potencial, especialmente, dentro das ações do Polo Costa Branca de Turismo. Os usos predominantes neste espaço turístico foram classificados como: Área Antropizada, Áreas de Drenagem, Dunas, Vegetação, Faixa de Praia e Solo Exposto.

➤ Área Antropizada

A área antropizada do município em questão foi destacada como importante elemento da paisagem turística, uma vez que nela se encontra quase toda a infraestrutura de suporte à atividade, como hotéis, restaurantes, hospitais e demais serviços essenciais à atividade turística. É nessa área onde se situa, também, o fenômeno da segunda residência. Tibau historicamente tem se destacado nesse tipo de turismo, atraindo a população de cidades vizinhas, especialmente de Mossoró. Todos os anos, principalmente no verão, a cidade de Tibau se transforma, recebendo um grande contingente populacional responsável por diversificar a oferta de serviços e aquecer a economia do município.

Batista (2013) com base em Dantas, Pereira e Panizza (2010), argumenta que Tibau “após a sua emancipação política e administrativa tornou-se o município com maior número de residências secundárias no estado do Rio Grande do Norte” (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2010 apud BATISTA, 2013, p.63). Dessa forma, trata-se, portanto, de uma área já consolidada com o turismo de segunda residência (figura 3) e que vem se expandindo, como se tem percebido em pesquisa de campo, com a proliferação de loteamentos e condomínios turísticos nas proximidades de suas principais praias.



Figura 3: Ocupação por segunda residência na divisa entre Tibau e Ceará. **Fonte:** Fernanda Raquel, 2017.

➤ Áreas de Drenagem

As áreas de drenagem identificadas no espaço turístico proposto são as áreas naturais que realizam a captação da água nos períodos chuvosos. Nessas áreas, não é adequado realizar nenhum tipo de construção para a prática de atividade turística, devido aos riscos de inundações nos períodos chuvosos. Além disso, algumas dessas áreas incluem lagoas naturais, que tem suas margens protegidas por lei, que as considera como áreas de preservação permanente – APP (BRASIL, 2012).

Sendo assim, a ocupação dessas áreas é restrita e, em muitos casos, proibida. Como se tratam de áreas com forte atrativo turístico, seja pelo fato de formarem áreas inundadas nos períodos chuvosos permitindo um cenário paisagístico singular na região da Costa Branca, seja por permitir o abrigo de uma fauna típica da caatinga, incluindo uma avifauna migratória, contribuindo para a manutenção de um ambiente conservado e equilibrado. Além disso, não pode ser esquecida a sua potencialidade turística, uma vez que permite o desenvolvimento de atividades de lazer e trilhas interpretativas da natureza, tanto no período seco, quanto no período chuvoso.

➤ Dunas

As Dunas são elementos marcantes na paisagem da planície costeira do lugar, resultantes de intensa atividade eólica. Constituídas predominantemente por areias quartzosas marinhas recentes (idade quaternária), possuem altitudes modestas e formas exuberantes, a exemplo de dunas barcanas móveis presentes no pós-praia. Associadas às praias e as falésias presentes na área, produzem cenários turísticos tradicionais do Nordeste brasileiro, já amplamente apropriadas pelo marketing turístico nacional. Nessas áreas, diversos tipos de atividades turísticas podem ser desenvolvidos, desde trilhas interpretativas a esportes como o *sandboard*, uma modalidade semelhante ao surf, mas praticada na areia das dunas com uma prancha especial. Conjuntamente a essas áreas ocorrem falésias ativas, constantemente sujeitas ao ataque abrasivo das ondas e que colaboram para reforçar o cenário de beleza cênica marcado por diferentes colorações na paisagem. Somando-se a importância ambiental dessas áreas à sua história evolutiva têm-se áreas com relevante interesse geoturístico, ainda pouco aproveitadas sob essa nova modalidade de turismo.

➤ Vegetação

A vegetação dessa área é predominantemente constituída por vegetação do Bioma Caatinga que é o único bioma exclusivamente brasileiro. Composto por arbustos espinhosos e matas sazonalmente secas, o mesmo apresenta uma biodiversidade florística e faunística bem diversificada e com espécies endêmicas, como é caso da Carnaúba (*Copernicia prunifera*), tida como a árvore da providência devido a sua multifinalidade histórica para o sertanejo: produção de cera e óleo, artesanato das palhas, madeira para a construção civil etc. Suas características fisionômicas diferenciadas em períodos secos e chuvosos constitui atrativo para o turismo na região, uma vez que os turistas estão sempre em busca de novidades a serem apreciadas (SFB, 2010). Ocorrem também espécies típicas de ambiente de restinga, no ambiente de pós-praia e em algumas dunas. De modo geral, a existência da vegetação de Caatinga próxima ao litoral, juntamente com espécies invasoras, como a algaroba (*Prosopis juliflora*), introduzida para dar suporte à atividade pecuária, potencializa a apropriação desse recurso pelo turismo, pois pode-

se explorar pedagogicamente a história do homem da região que é, ao mesmo tempo, pescador e agropecuarista.

➤ Faixa de Praia

A Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1998, define praia como sendo a

[...] área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema. (BRASIL, 1998, art.10, § 3)

Tomando como base o trabalho de Batista (2013), foram identificadas na delimitação da faixa de praia deste município, as praias de Tibau, Emanuelas e Gado Bravo. Nessas localidades, está consolidado o fenômeno da segunda residência, e percebe-se a existência de resorts e restaurantes que fomentam o turismo nessa região ao longo do ano, em especial na temporada de férias, no verão e nos feriados, como o Carnaval. Esses são os períodos que os turistas saem de seus domicílios em busca das opções de diversão, lazer e descanso que as áreas litorâneas oferecem.

Estas praias, embora já se encontrem com alguma estrutura receptiva consolidada, ainda possibilita a expansão da infraestrutura turística, sendo notado claramente, a expansão de unidades habitacionais contíguas à faixa de praia. Diante disso, convém destacar a necessidade de um ordenamento territorial que venha a impedir o avanço de equipamentos turísticos e estruturas para a faixa de praia de modo a evitar danos ambientais, por vezes irreversíveis, que podem prejudicar a atratividade turística exercida por estas localidades.

➤ Solo exposto

As áreas de solo exposto correspondem àquelas que não apresentavam nenhum tipo de ocupação ou cobertura vegetal identificável. Essas áreas reúnem tanto áreas degradadas por algum tipo de atividade, como a agropecuária, por exemplo (áreas abandonadas), como áreas aonde ocorrem processos de especulação imobiliária, especialmente relacionados ao turismo.

Nessas áreas podem surgir novos empreendimentos turísticos ou de segunda residência, como tem sido tendência no município com a proliferação de lançamentos imobiliários de loteamentos e condomínios fechados. Portanto, são áreas passíveis de apropriação pelo turismo, seja com a expansão das áreas diretamente utilizadas, seja pela necessidade de recuperação ambiental para garantir a atratividade turística do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, percebe-se que o município de Tibau possui significativos atrativos turísticos que fomentam o desenvolvimento desta atividade econômica. Contudo, esta atividade carece de um planejamento adequado que promova o desenvolvimento do turismo de modo organizado e com foco em uma gestão ambiental adequada dos recursos turísticos.

A proposição do mapa de delimitação do espaço turístico se traduz numa importante contribuição, ainda que inicial, para efeitos de planejamento desse espaço turístico. A partir

desse mapa, podem ser discutidos os principais atrativos a serem apropriados pela atividade em consonância com o uso e ocupação instalados e com a integridade ambiental dos recursos turísticos e elementos da paisagem e com a capacidade de carga/suporte do meio ambiente.

Outras contribuições desse mapa para o planejamento da atividade turística de modo sustentável, entre outras que poderiam ser listadas, estão relacionadas a definições como: quais os tipos e modalidades de turismo que se quer desenvolver nesse espaço turístico? Quais os impactos ambientais que poderão ser gerados com esse processo? Quais as estratégias de conservação ambiental necessárias à manutenção dos recursos turísticos e do meio ambiente apropriado pelo turismo? Qual a melhor forma de ordenamento territorial que garanta segurança à atividade turística e produza o menor impacto ambiental possível?

Sendo assim, espera-se que o mapa proposto venha a auxiliar todo o processo de planejamento ambiental e turístico do município de Tibau, integrado ao Polo Costa Branca, e possa, também, servir de modelo a ser aplicado nos demais municípios que integram esse Polo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. G. Turismo e Produção do Espaço Litorâneo: Modernização e Contradições Socioespaciais em João Pessoa – PB. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v.6, n.1, p. 58-75, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/logepa/article/view/10890/6643>>. Acesso em: 8 mar. 2017.
- BARROS, M. L. B. Prefácio. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (Eds.). **Ecologia e conservação da caatinga**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p.9-12. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/203/arquivos/5_livro_ecologia_e_conservao_da_caatinga_203.pdf>. Acesso em: 21 ago.2016.
- BATISTA, J. L. D. V. **A vilegiatura marítima e a urbanização em Tibau/RN**. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18945>>. Acesso em: 16 mai.2017.
- BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1998**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm>. Acesso em: 11 set.2017.
- _____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 11 set.2017.
- CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G.C. Processo de Turístificação do Espaço Patrimônio Cultural: Um estudo no Centro Histórico de Belém-PA. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, v.5, n.1, p.57- 87, jan./jun.2016. Disponível em:

<<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1964/1062>>. Acesso em: 03 out.2017.

CORDEIRO, I. J. D. e. **Um estudo sobre a produção capitalista do espaço turístico e as perspectivas de desenvolvimento local na Praia de Gamela – Barra de Sirinhaém - PE.** 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6933>>. Acesso em: 06 set.2017.

CORREA, L. H. S. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 291-307, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/15822/16426>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

COSTA, Maria Augusta. **Rede turística e organização espacial: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA.** 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5013>>. Acesso em: 03 out.2017.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo.** 2.ed. São Paulo: Roca, 2003. p.3-10.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003. p.9-27.

EMBRAPA- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Mapa Exploratório-Reconhecimento de solos do município de Tibau, RN.** MA/ EMBRAPA/ SUDENE, 1971. Disponível em: <<http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=rn>>. Acesso em: 06 fev. 2017

_____. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2 ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA- SPI, 2006. Disponível em: <<https://www.agrolink.com.br/downloads/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>>. Acesso em: 24 nov.2016.

EMBRATUR- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Turismo contribui com 9% do PIB mundial.** 2015. Disponível em:<http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html>. Acesso em: 06 set.2017.

_____. **Nordeste é a região preferida dos viajantes brasileiros.** 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6097-nordeste-%C3%A9-a-regi%C3%A3o-preferida-dos-viajantes-brasileiros.html>>. Acesso em 6 set.2017.

FERNANDES; M. F. D.; SOUZA, R. C. S.; DANTAS, J. R.Q. O Papel do Estado e das Políticas Públicas na Definição do Espaço Turístico: um estudo de caso do município de Portalegre-RN. **Rev.Pol.Públ**, São Luís, v.24, n.1, p.167-176, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/370>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado de Turismo. PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Polo Costa Branca. 2011. Disponível em: <<http://www.maisrn.org.br/uploads/midias/documentos/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20do%20Turismo%20Sustent+%C3%ADvel%20Polo%20Costa%20Branca.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Sinopse. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=241105&idtema=1&search=rio-grande-do-norte|tibau|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Malhas Digitais**. 2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 06 fev.2017.

IDEMA- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do seu Município**: Tibau.v.10, 2008.p.1-22 Disponível em:<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/D.OC00000000013807.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

IGARN- INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Bacia Hidrográfica**: Bacia Faixa Litorânea Norte de Escoamento Difuso. 2014. Disponível em: <<http://www.igarn.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=1346&ACT=null&PAGE=2&PARM=null&LBL=Bacia+hidrogr%C3%83%C2%A1fica>>. Acesso em: 18 de dez. 2016.

MEDEIROS, V. C.; NASCIMENTO, M. A. L.; SOUSA, D. C. Geologia. In: PFALTZGRAFF, P. A. S. (Org.); TORRES, F. S. M. (Org.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte**. Recife: CPRM, 2010.p.17-37. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/16773>>. Acesso em: 01 nov.2016.

OLIVEIRA, C.S; MINASSE, M.H.G; MARQUES, S.C. M. Processo de Formação de Atrativos Turísticos Sustentáveis. **Turismo em Análise**, v.26, n.3, p.639-667, ago.2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/88600/107467>>. Acesso em: 07 set.2017.

PIMENTEL; M.R.; CASTROGIOVANNI, A.C. Geografia e Turismo: Em busca de uma interação complexa. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v.7, n.3, p.440-458, jul./set, 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/3593/pdf_466>. Acesso em: 26 set.2017.

PINHEIRO, J. U.; BRISTOT, G.; LUCENA, L. R. F. Clima do Estado do Rio Grande do Norte. PFALTZGRAFF, P. A. S. (Org.); TORRES, F. S. M.(Org.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte**. Recife: CPRM, 2010.p.95-98. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/16773>>. Acesso em: 01 nov.2016.

QGIS Development Team. **QGIS Desktop Versão 2.14.11**. Open Source Geospatial Foundation, 2016.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB. CAATINGA. In: _____. **Florestas do Brasil em resumo- 2010**: dados de 2005-2010. Brasília: SFB, 2010.p.43-45. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/arquivos/livro_de_bolso_sfb_mma_2010_web_95.pdf>. Acesso em: 21 ago.2016.

SETUR- Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. **O Rio Grande do Norte**. Disponível em:< <http://natalbrasil.tur.br/o-rio-grande-do-norte/>>. Acesso em: 06 out.2017.

_____. **Destinos: Turismo Cultural**. Disponível em:< <http://natalbrasil.tur.br/destinos/turismo-cultural/>>. Acesso em: 06 out.2017.

_____. **Destinos: Turismo de Aventura**. Disponível em:< <http://natalbrasil.tur.br/destinos/turismo-de-aventura/>>. Acesso em: 06 out.2017.

_____. **Destinos: Turismo de Sol e Praia**. Disponível em: < <http://natalbrasil.tur.br/destinos/turismo-sol-e-praia/>>. Acesso em: 06 out.2017.

SIVIERO, A. P. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. **Rev. RA’EGA**, Curitiba; Editora UFPR. n.11, 2006. p.51-59. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7747/5516>>. Acesso em: 2 Mar. 2017.

TELLES, D.H. Q.; VALDUGA, V. O “Espaço Turístico” a partir da multiescalaridade territorial: complexidade e sistematização conceitual. **ABET**, Juiz de Fora, v.5, n.3, p.8-16, set/dez.2015. Disponível em: <<https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2908>>. Acesso em: 29 agos. 2017.

VITAL, H et al. (Org.). RIO GRANDE DO NORTE. In: MUEHE, D. (Org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/arquivos/rn_erosao.pdf>. Acesso em: 4 de nov. 2016. p.156-172.